

Conversão permitiu uma redução de US\$ 10 bilhões dos débitos desde 1988

por Maria Clara R.M. do Prado
de Brasília

O Brasil conseguiu até junho deste ano abater cerca de US\$ 10 bilhões de sua dívida externa, em valores brutos contabilizados no Banco Central (BC), envolvendo os mais diversos tipos de conversão. O grosso das operações, somando cerca de US\$ 8,8 bilhões, ocorreu em 1988 e 1989, com as conversões informais representando pouco menos da metade, em torno de US\$ 4 bilhões até o final do ano passado.

As operações informais (pagamentos da dívida externa com a moeda nacional) são registradas no Banco Central apenas quando há a respectiva comunicação por parte do devedor. Muitas operações no sistema da chamada "bicicleta" — os cruzados novos obtidos junto ao devedor eram trocados por dólar no paralelo e usados para comprar no mercado secundário internacional outros títulos desagiados de crédito junto ao Brasil — foram feitas em 1988, sem que tenham passado pelos registros do BC.

Neste ano, o BC aprovou entre janeiro e junho operações de abatimento de dívida externa no valor bruto de US\$ 1,1 bilhão. São negociações feitas diretamente pelo devedor (empresa pública ou privada) no mercado internacional, onde a dívida velha é comprada com recursos de um novo financiamento toma-

do no exterior, através de uma série de mecanismos, como a emissão de "commercial papers". O devedor se beneficia de parte do deságio (um papel brasileiro vale hoje no exterior cerca de 25 centavos por dólar de face) e também o governo fica com um pedaço do desconto, aquilo que neste tipo de operação efetivamente desaparece dos registros da dívida externa de médio e longo prazos. Com os US\$ 600 milhões que representaram operações de abatimento de dívida em 1989, negociadas na base do caso a caso, em verdadeiras montagens de engenharia financeira, o País conseguiu recomprar cerca de US\$ 1,7 bilhão de dívida velha. Liquidamente, a dívida nestes casos foi abatida em cerca de 50%.

O diretor da área internacional do BC, Antonio Claudio Sochaczewski, afirma que até hoje o País não gastou um tostão de suas reservas internacionais em nenhuma operação de conversão de dívida externa. "Todas as operações de conversão são conhecidas dos banqueiros credores, são operações de mercado feitas pelas empresas devedoras e todas estão devidamente regulamentadas pelo governo brasileiro", disse ele, lembrando que o processo de conversão faz parte do acordo firmado com os bancos em 1988 e tem interessado aos próprios credores interessados.